


## ESPAIALIZAÇÃO CAFEIEIRA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE GEO-HISTÓRICA ATÉ SUA CHEGADA EM RONDÔNIA

 <https://doi.org/10.56238/arev6n2-004>

Data de submissão: 01/09/2024

Data de publicação: 01/10/2024

**Claudia Cleomar Ximenes**

Mestra em Geografia

Universidade Federal de Rondônia - UNIR

E-mail: [profa.ximenescerqueira@gmail.com](mailto:profa.ximenescerqueira@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4125-7991>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8014015246571237>

**Sônia Maria Teixeira Machado**

Mestra em Geografia

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondônia - IFRO

E-mail: [sonia.machado@ifro.edu.br](mailto:sonia.machado@ifro.edu.br)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-4895-0662>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6452764110432892>

**José Mauro Palhares**

Doutor em Geografia

Universidade Federal do Paraná - UFPR

E-mail: [jmpalhares@gmail.com](mailto:jmpalhares@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9311-1049>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8262131787816202>

### RESUMO

A espacialização do café no mundo advém de um processo político e econômico nos séculos 15 a meados do século 20, a partir dos anos de 1750 ela se torna um movimento socioterritorial e econômico, com urgência de ordenamento territorial. Com ênfase na trajetória espacial da rubiácea cafeeira o objetivo deste artigo é apresentar a análise da espacialização do café e o ordenamento territorial no século XX. A metodologia vale-se da dialética para evidenciar, dialogar e analisar sobre diferentes posicionamentos de pesquisadores que tornaram o café como uma categoria adjacente de análise territorial. Uso de estudo literário da dinâmica econômica do café no território brasileiro e por geógrafos com sapiência para fomentar as discussões sobre o foco do território usado e ordenamento territorial. A ênfase é de pesquisadores brasileiros para a análise do território enquanto sistema que envolve a natureza e o ser humano são pensados a partir das relações de poder político, econômico e social. Conclui-se que o café foi responsável pela dinâmica econômica é o epicentro dos movimentos socioterritoriais num processo de produção e comercialização do café mesmo que não intencional, se converteu uma estratégia de inclusão socioterritorial desde a sua entrada no circuito espacial produtivo agrícola no Brasil a sua chegada no território rondoniense.

**Palavras-chave:** Cafeeira, Espacialização, Ordenamento territorial, Rondoniense.

## 1 INTRODUÇÃO

As muitas conquistas humanas transformaram as paisagens, o que fez com que moldassem os territórios para atender os anseios econômicos, sociais e culturais dos povos, os quais se apropriaram dela e registraram sua intencionalidade territorial. Marcado por conflitos de poder, os eventos ocorridos em distintos espaços geográficos são estudados pelas diferentes ciências, estimulados por interesses de áreas de observações, todas na busca de uma verdade que ajude a compreender a dinâmica de sua categoria de análise. Cada ramo do saber dedicou-se aos estudos de certas matérias ou objeto, com seu próprio método e sua forma de estudos, com finalidade própria.

Exemplo do exposto se tem a categoria geográfica o Território a qual pode ser analisado por ângulos diferentes, de acordo com o campo científico de indagação. Onde ocorrem as tensões territoriais com as “redes e circulação do uso e controle do território”, como confere a geógrafa Mónica Arroyo (2015, p. 37). Para ela a o território fica mais vulnerável e a circulação de mercadorias torna-se primordial para se entender a dinâmica econômica e socioterritorial do circuito produtivo.

Como categoria geográfica que o Território é objeto de estudos e conexões humanas, ambientais, econômicas, sociais e culturais, por vezes esses elementos são estudados isoladamente e outras de forma transversal. Já que são sobre o território que se desenham as relações de poder. O poder sobre um território possui muitas linhas a serem seguidas, entre elas a das políticas públicas que exercem visível ou invisivelmente influência sobre a reorganização da paisagem, transforma-se no que Milton Santos determina de uma segunda natureza e o território usado é o espaço vivenciado.

Entre essas intervenções o presente artigo busca a explicação de fatos em que o café se posta como protagonista de inclusão socioterritorial de agricultores no Brasil. Com percalços que o levou a ascensão gradativa na econômica no período Colonial a crise no final do período Imperial. O conjunto de verdades em torno da Geografia Histórica do Brasil, em torno do circuito produtivo do Café, sob aspectos diversos, as observações de estudiosos a partir do século XVII, interligadas, criaram conceitos, preposições e a história e o conjunto delas a geo-historia do café no Brasil.

A predileção em usar textos de autores brasileiros que vivenciaram o período estudado se deu ao fato da valorização daqueles que vivenciaram as diversas fases do jubilo a sua crise e o ressurgimento do café como protagonista do movimento socioterritorial na economia brasileira. Em sentido absoluto o conhecimento embora considerado como uno, possui divisões em miríades de ciências, complexas e abrangentes. Nesta linha de reflexão, a espacialização do Café pelo Mundo, mesmo que em síntese, é uma investigação em que a Geografia se alimenta para auxiliar na compreensão dos movimentos socioterritoriais decorrente do cultivo da rubiácea cafeeira, independente da sua espécie.

Num primeiro momento, são apresentados argumentos da importância do estudo geográfico sobre a dinâmica do café na concepção econômica e política socioterritorial e sua espacialização pelo Mundo. Na segunda destaca a expansão do café rumo ao Brasil nos séculos XVI a XVIII, em que se pese a sua posição enquanto especiaria exótica. A terceira mostra a introdução e expansão do café no Brasil colônia e império, da rejeição a aceitação da cultura da cafeeira em detrimento de outros cultivos como cana-de-açúcar, por exemplo. A quarta, por último, a expansão geográfica do café pelo território brasileiro na perspectiva de exploração econômica da terra no Brasil República (final do séc. XIX e primeira metade do século XX).

Dessa forma, o objetivo geral do estudo é de análise da espacialização do café e o ordenamento territorial no século XX. Os específicos são: elencar os fatos espaciais e econômicos a voz de autores que vivenciaram momentos ícones da espacialização do café desde a sua entrada no Brasil no século XVI até o século XX; apresentar uma síntese do uso territorial da cafeicultura no estado de Rondônia, com foco nos anos de 1980 e 1990; análise simultânea aos dois primeiros objetivos sobre a expansão econômica, humana e o ordenamento territorial ocorrida pela espacialização cafeeira em território brasileiro.

## **2 METODOLOGIA**

O estudo proposto necessita do que Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) chamam de periodização, em razão de o território ser uno e diverso. Pois, trata da síntese das histórias de cada uma de suas regiões e exige o olhar além do local e do tempo presente. Para entender a situação atual é necessário o esforço de periodização (SANTOS, 2014a), missão complexa e assíncronas na totalidade, porém, sincronizadas nas regiões. Com base em Santos (2014c) foi realizada a periodização com suas características, evolução, identificação de tendências da época e as consequências socioeconômicas.

Esta investigação estabelece diálogo com geógrafas e geógrafos que discutem a geografia a partir da apropriação de conceitos como território, território usado, socioterritorial, ordenamento territorial, entre outras categorias que se complementam. Também, com especialistas de áreas afins do conhecimento que trabalham com economia e política da expansão do processo socioterritorial, econômico e financeiro sobre o cultivo do café. Complementa-se, como o discurso dialético no que concerne a espacialização do café e a sua inferência socioterritorial.

Destarte, considera-se neste texto a necessidade de compreender e discutir os eventos geohistóricos com o uso do método dialético, dado ao aporte que este proporciona a reflexão e trabalhos científicos abordados em tela. Com o uso deste método, o estudo realizado, dá qualidade àquilo que é

apresentado em quantidade, e realiza a interpretação do contraditório. Como exposto por Sposito (2004), Becker (2007), Salvador (2012), Ribeiro (2015) é a negação da negação em que os conflitos podem estar nas entrelinhas no espaço pretérito e presente com os eventos que de fato ocorreram numa interpretação geográfica dos mesmos.

Para se chegar ao resultado desse estudo o caminho foi longo e de concentrado estudo sobre bases geográficas dialéticas sobre o arcabouço teórico em que geógrafos como Antonio Carlos Roberto Moraes; Berta Koiffmann Becker; Iná Elis da Castro; Mónica Arroyo; Milton Santos; Rui Erthal; entre outros contemporâneos citados neste estudo. Os estudos desses autores e, inclusive a compreensão da importância da Geografia Histórica, é o que motivou este estudo.

Para esses geógrafos e geógrafas a dialética é necessária a partir do momento em que as contradições são expostas e que o pesquisador se posiciona perante o tema. Na Geografia Histórica (ou Geo-Histórica), Erthal (2003) considera que na concepção dialética do momento pretérito são necessários que haja cuidados específicos, dado ao esforço de periodização, as relações históricas, pois, o seu presente só pode ser entendido na proporção de sua contextualização. Com o exposto, compreende-se o adequado uso da dialética.

A geógrafa Ligia Maria Tavares da Silva (2007, p. 71) que “De uma maneira geral, o problema central que a geografia histórica busca resolver é o da delimitação temporal e espacial do fenômeno estudado”. O termo Geo-História surge com historiador Fernand Braudel (1996) ao dar sentido diferente a tempo curto, tempo intermediário e tempo longo, este último é o que denominou de Geo-história.

Com vista aos marcos da dinâmica geográfica do café advinda da África, para a Europa e desta para a América Central, até chegar ao Brasil no século XVIII, XIX, com adentro no século XX na e como forma de interesse político e econômico no ordenamento territorial, este artigo está dividido em quatro partes. Esta divisão contempla a compreensão da Geografia em consonância ao seu objeto e categorias de análise, no espaço e tempo (geohistórico).

As partes apresentadas são âncoras para o entendimento da dinâmica contemporânea do café e a descrição do movimento socioterritorial, com o intuito de instigar a discussão analise, a posteriori, da investigação proposta, em que pese o momento atual. Apropria-se neste estudo da posição de Fernandes (2015) quanto à relevância de se perceber como ocorre a disposição socioterritorial na implantação de políticas públicas e privadas, no campo, na cidade, ou na floresta. Para o autor o movimento social sobre o território ordenado pelo estado, por instituições não governamentais e por interesses privados.

Neste artigo, o estudo geohistórico para compreender a dinâmica econômica, social e territorial histórica em que na contemporaneidade é importante para comprovação da tese em tela. Corrobora-se com Moraes (2020), Lima e Amora (2012), Moraes (2011), e Silva (2007) ser o estudo do espaço-tempo importante para entender os fenômenos da relação humana com a terra. Neste viés que se concentra o estudo inicial da espacialização do café, *pari passu* ao movimento socioterritorial.

### **3 O ESTUDO DA DINÂMICA ECONÔMICA DO CAFÉ**

Este estudo parte do princípio de que a expansão geográfica da rubiácea cafeeira teve participação significativa na mudança econômica, dos países produtores nos últimos três séculos. Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, nos séculos XVII, XVIII e XIX, o seu cultivo passou a pulverizar a ideia de que o café era rentável. Mesmo, com as incertezas e com a recusa de atender, no começo as determinações do Rei de Portugal, despertou o interesse de fazendeiros a investir em novas lavouras em detrimento da cana-de-açúcar, cacau, algodão e fumo.

Mantiveram-se outros cultivos para subsistência, porém para o mercado internacional era destinado o “Ouro Verde”, nome atribuído ao café no século XIX qual se estendeu ao subsequente (PUPO, 1968). A expansão do cultivo da cafeeira foi gradativa as conquistas de território, ao movimento socioterritorial, ao aumento demográfico e o gosto pelo licor com aroma, sabor e reações exóticas: o café. A manifestação da apropriação do espaço se revela perante o território usado (SANTOS; SILVEIRA, 2001) pelo cultivo da cafeeira.

O processo histórico de apropriação do território, enquanto formação, a materialidade se firma com a configuração territorial do ordenamento das formas e objetos, como considera Moraes (2020) esse processo acontece com perspectivas imateriais do discurso geográfico. O geógrafo, em tela, considera que no Brasil, dado as características coloniais ibéricas e da economia anglo-saxão, a posteriori, até os idos de 2002, ano em que escreveu a obra “Território e História no Brasil”, nunca permitiu que fosse pensado, o Brasil enquanto nação e em território em si.

A periférica constatação em que Moraes (2005) pondera, sobre a sentinela geográfica, promove a dependência colonial, a condição em que é legado ao território brasileiro, no século XIX é de dependência socioeconômica em que a ideologia nacional, ainda era um projeto que fortificava e legitimava a dominação. A condição em que o Brasil se encontrava o colocou numa posição de dependência socioeconômica e política. O autor vai além, coloca o território na condição de ser apenas um projeto ideológico, um discurso que valida a dominação.

As descrições geográficas dos viajantes relatadas por inúmeros intelectuais a partir do século XVIII, são descrições pré-científicas, na qual a prática e o senso comum eram refletidos sobre os

elementos e seus sentidos (SILVA, 2004). Não havia uma separação do que era pura e única, enquanto narração ou descrição geográfica. No entanto, as narrativas eram ricas em detalhes possíveis de produção cartográfica, de reconhecimento dos lugares e regiões.

A percepção das obras apresentadas às quais abordam o Café (Cafeeira), neste capítulo, é de que a geografia percebida e utilizada é a de laboratório, ou seja, de gabinete a qual se faz valer das informações secundárias para alcançar um determinado fim. Esta forma geográfica de entender o mundo era uma constante em tempo pretérito longínquo. Embora em menor intensidade permaneça no momento contemporâneo, o que se corrobora neste estudo como elementar para assimilar os fenômenos da relação humana com o meio que o circunda.

Com intuito de reflexão e discussão nesta investigação incorpora a posição de que é necessário se fazer conhecer como ocorrem as forças naturais, a acumulação do trabalho e dos destinos contínuos dos lugares. Ou seja, o estudo do movimento socioterritorial no qual eleva a reflexão sobre a dinâmica do território usado, pontuado por Santos e Silveira (2001, p. 20) como “[...] sinônimo de espaço geográfico”, ou seja, onde as “coisas” acontecem.

O território enquanto ambiente que reserva para si o movimento humano e os fenômenos que surgem ao longo tempo, é onde sucede toda a dinâmica social. Santos (1999, 2006; 2011, 2012) considera que as relações de trabalho humano com o meio que o circundam e dá forma ao território. Permite-se o acréscimo de Raffestin (2011) qual pondera as relações de poder entre as pessoas em si e com o meio, com privilégios as classes hegemônicas.

O território usado também comporta as ações estatais. Fundamentada na geopolítica enquanto elemento de determinado processo histórico, a geógrafa Bertha Becker (2009, p. 34) põe em tela que o território implica “[...] nas relações entre poder e espaço geográfico, qual seja, o governo do território”. O que Becker aponta como “governo do território” é o que Foucault (2019) considera como a arte ou saber Governar, no contexto das relações de poder e território, quanto as suas formas e especificações através do tempo (Geo-história).

Os Governos Europeus apoiavam o investimento em cafeicultura dado o produto ter conquistado consumidores nobres. Durante o período de disseminação da produção da cafeeira (Séculos XVI a XVIII) a ideia inicial era comercializar o seu fruto, mas, no século XIX, como pontua Porto-Alegre (1879), pesquisas comprovam que todas as suas partes são aproveitadas: a) Lenha pode ser utilizada para artefatos e como combustível; b) as folhas são recursos terapêuticos em fusão com água apresenta um líquido aromático; c) a polpa serve como aguardente de excelência; d) casca do fruto fornece a indústria grande número de potassa (carbonato de potássio –  $K_2CO_3$ ); e, e) do licor conhecido como Café.

Com o transcorrer do tempo, logo que era assentado no lugar, elementos como clima e solo passavam a ser considerado pelos fazendeiros para análise de custo-benefício do investimento. As condições naturais são limites geográficos para a produção agrícola, e faz com que o ser humano se organize com o objetivo de produzir, além do café, condições técnicas da melhor forma de uso da terra.

As rotas de produção e exportação podem ser definidas, entretanto não significam que estará de acordo com as condições naturais do lugar, mas atenderá aos interesses específicos. Nem sempre o lugar estabelecido pelo ser humano, será um lugar em concordância com as condições naturais. Para isso, eles utilizam de outros instrumentos para transporte e estímulo a produção.

Para compreender o movimento socioterritorial, requer o conhecimento da dinâmica humana e, como o geógrafo francês Pierre George (1982) destaca é preciso estudar a população da Terra sobre o ângulo da Geografia Econômica. Pois, os momentos geo-históricos sobrepõem às crises econômicas, as quais encerram e abrem ciclos da vida sobre a Terra. O deslocamento humano se dá com a expansão política, com superação dos conflitos, seja ela qual for à rota, ou técnicas.

As observações descritas por geógrafos viajantes são de evidências que desde os idos da civilização, questões econômicas de conquistas territoriais fizeram presente no contexto geo-histórico (FERREIRA; SIMÕES, 1994), bem como observados e descritos por terceiros (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2012).

Como resultado do interesse sobre a cafeeira o comerciante desde o momento em que descobrem às potencialidades econômicas de tal arbusto, passa a distribuir suas sementes pelas rotas comerciais. Percebe-se pela literatura apresentada neste capítulo que há estreita ligação entre o movimento desencadeado no século XIV da conquista de novos territórios com a qual as sementes do arbusto começam a ser propagado por todas as regiões em que havia consumidores.

Um recorte é necessário para explicar que se compreende, neste texto, o termo “Dinâmica Econômica”, tal qual sugerida pela geógrafa Lamoso (2011) dado ao fato de que este se estende pela incorporação da dimensão territorial das atividades econômicas e não apenas as atividades em si. A predileção que se dá ao termo escolhido é justificada por sua sincronia com as escalas geográficas (Local; Nacional; Global), as quais são de suma importância para estudar o café na contemporaneidade.

Lamoso (2011) explica que os eventos considerados para a análise, do que aqui se chama de Geografia Econômica, são tanto os naturais quanto os históricos. Ou seja, “[...] são aqueles que provocam mudanças de conteúdo e de significado nas dinâmicas econômicas” (Ibid., p. 110). Os eventos analisados estão no movimento humano sobre a superfície terrestre em consonância com a distribuição do café sobre o Planeta e o ordenamento territorial dos mesmos.

Haja vista, por conseguinte, que a definição de ordenamento territorial adotado para este estudo é de Cavalcante (2012, p. 10) qual especifica que “[...] é resultado da gestão, que por meio de técnicas e normas de uso e apropriação do território, almeja o desenvolvimento harmonioso, de modo a aproveitar as oportunidades do sistema sócio-físico para decisões que podem envolver as escalas nacional, regional e local”.

Os eventos considerados são os acontecimentos ocorridos quanto à dinâmica econômica a partir do século XVI da cafeeira no Mundo. Por excelência, Milton Santos (2014b, p. 146) destaca que ao considerar “[...] o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo”. Também, pode ser um vetor da formação social em que há de considerar as escalas como a um conjunto limitado (local, região, país).

Embora possam surgir dúvidas sobre a possibilidade de análise geográfica dos eventos que impactaram a transformação econômica mundial, sobretudo, no século XIX, esta pesquisa se apoia a Milton Santos (2014a), o qual defende que o estudo em escala local (Micro) pode ser tão, ou mais, complexo quanto na dimensão mundial (Macro). A questão levantada por Lamoso (2011) é de que não se trata de analisar os mesmos fenômenos em escalas diferentes, mas, são diferentes por que são aprendidos em distintas concepções.

Com base numa questão específica da geografia qual trata do por que das distribuições espaciais estarem estruturadas como estão se busca identificar o que ocorreu com o café. Neste sentido, estudar a estrutura, suas causas e consequências, comporta o olhar geográfico depurado sobre as incertezas dos primórdios dos estudos dos fenômenos resultantes do trabalho humano sobre a terra.

Ferreira e Simões (1994) compreendem que desde os mais remotos tempos o ser humano procura viver em grupos e se deslocam de tempo contínuo pela Terra em busca de subsistência ou em atividades guerreiras. As geógrafas consideram que a população, desde a era primitiva, já sentia a necessidade de conservar as informações sobre os caminhos percorridos e as suas direções e de transmiti-las ao restante da população, ou seja, aos outros.

Conhecer, obter a explicação e a interpretação, o porquê que os eventos acontecem é uma natural curiosidade da inteligência. Ou seja, é da natureza da inteligência conhecer a natureza de tudo. Há milênios que o ser humano busca de forma consciente, conhecer a essência das coisas e, isso o leva a se movimentar sobre a crosta terrestre. Esse movimento gera transformações espaciais que conciliam com a construção de sistemas socioespaciais e de implemento de territórios, dado a sua necessidade de estruturação política.

Com o avançar dos séculos a humanidade deixa de viver uma relação individual com o lugar e passa a uma nova ordem global. Explica Milton Santos (2006, 2012, 2014c) que a interdependência



global dos lugares é uma realidade do território. Na perspectiva temporal, observa-se que o ser humano buscou por registrar o que se passa consigo e com a riqueza acumulado pelos mesmos. O bem-estar, embora a história mostre que em sua existência se teve fases distintas de evolução, pouco se estudava. No entanto ao trazer estudos sobre o café, despertou a reflexão sobre o porquê que determinados produtos agrícolas ser o epicentro econômico de um território.

Curioso fazer um recorte e trazer o posicionamento de Sposito (2004) quanto à discussão sobre o território. Para o geógrafo em questão, não se dá para discutir Território separado de história, pois, há um todo no processo de formação que precisa ser trabalhado, entendido e analisado, antes da emissão possível de conclusões. A investigação geográfica necessita da caracterização histórica do espaço geográfico, para uma boa interpretação da realidade concreta do território usado.

Requer para fins da investigação sobre a rubiácea cafeeira, trazer a luz do conhecimento, para se chegar a respostas acerca das indagações que levaram a este estudo. Neste sentido, Becker (2006) considera que para olhar o local é necessário olhar a totalidade. Envolve aqui a espacialização da descoberta, do início do cultivo, comercialização e políticas mercantis de apropriação territorial, pelo estado e por organizações privadas.

O Estado-Nação, neste contexto, foi um divisor, que Santos (2012, p. 138) percebe ser enaltecido quanto a “[...] noção jurídica-política do território, derivada do conhecimento e da conquista do mundo, desde o Estado Moderno e o Século das Luzes à era da valorização dos recursos naturais”. A relevância de se estudar a dinâmica geográfica do café, ou seja, da rubiácea cafeeira, é relacionada dada a sua participação na formação de espaços socioterritoriais em que a política pública e a economia tomam sentido e consistência da participação humana do processo.

## **4 RESULTADOS**

O estudo geo-histórico da espacialização da cafeicultura no Brasil, exige uma contextualização primária de investigação as publicações realizadas no século XX. Dito isto, o trabalho geográfico segue o olhar geográfico dos autores em que pese as bases de estudo da categoria de análises geográficas Território e suas adjacentes. Dessa forma, esse tópico possui três subtópicos, de forma que a periodização seja mais bem compreendida.

### **4.1 A EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO CAFÉ (SÉC. A XVIII)**

O mundo conheceu o café a partir de relatos de viajantes, os quais alimentavam as informações do que ocorria, e, por conseguinte suas narrações eram construídas sobre os itinerários vivenciados. Mesmo que estas narrativas não seduzam o leitor, a ênfase é sobre o que foi visto, e, às vezes mais do

que o vivenciado. Por séculos a geografia se alimentou da observação contínua do viajante, de seus diários, cartas e relatórios, como explica Veloso Filho (2012), em que retinham e descreviam as sequências do meio e o tempo e, acrescenta-se aqui a demarcação territorial, através das negociações entre reinos.

O estudo apresentado por Veloso Filho (2012), sobre a expansão europeia nos séculos XV e XVI, proporciona a ideia da forma que eram realizadas às demarcações territoriais. Os conhecimentos geográficos, como destacam o autor, até então compreendidos pela Geografia de Ptolomeu é redimensionado e a descrição da Terra altera a partir da visão de Colombo, Américo Vespúcio, Cabral, entre outros.

A partir deste marco a visão de Mundo passa a ser compreendida numa perspectiva expansionista categorizada em territórios e em escalas de ação como reconhecidas por Castro (2011; 2017) e que é adotado neste estudo. Ao ponderar os fenômenos globais, nacionais e regionais, são definidos os recortes políticos e econômicos em que pese os interesses conflituosos dos Governos, em detrimento da população rural.

A espacialização do café no mundo, antes do que Milton Santos (2013) chama de “Período Técnico Científico” é identificada aqui como vernácula. A riqueza de detalhes das narrações topográficas contribuiu para que fosse possível a identificação do café. Ao estudar os autores e obras que datam o século XVII, embora de grande valia, a maior parte delas foi a disseminação e os benefícios do fruto dessa rubiácea, pelos viajantes da época. E nos séculos subsequentes a ênfase passa a ser os aspectos políticos econômicos.

Viajantes, descritos por escritores do século XVII e XVIII (PESSANA, 1741; VELOSO, 1800; SUSANO, 1847) destacam nos primórdios do café, a rubiácea que traz o fruto, que maduro fica avermelhado, o cafeeiro, crescia livre (nativo). Originário da zona entre a Abyssinia e os grandes lagos centrais africanos, e especial o sul do império dos Negus, nas províncias de Kaffa e Enérea localizadas na região do Planalto central de Angola. Era de uso comum entre os africanos desde tempos remotos, antes mesmo da era Cristã, no entanto, Veloso (1800), ressalta que é uma verdade contestável. Este é o que Milton Santos (2014b) e Andrade (1981) consideram como período do “meio natural”.

Há uma construção lendária no entorno da descoberta da cafeeira para uso humano. Na conhecida Lenda de Kaldí, consta que um pastor percebeu que seu rebanho de cabras em determinadas ocasiões se mostrava ativas, com mais vivacidade. Isso ocorreu por algum tempo, ao se alimentarem de uma determinada planta é que este fenômeno acontecia. Foi possível a identificação devido às plantas fazerem parte da flora de um determinado local. A curiosidade fez com que o pastor experimentasse o fruto, e foi acometido por disposição, alegria e já não sentia mais o sono e a fadiga

que lhe era comum quando estava em trabalho. (PORTO-ALEGRE, 1879; TAUNAY, 1939; PUPO, 1968; MARTINS, 2019).

O fato teria ocorrido “[...] por volta de 575 d.C. e, até na atualidade, encontra-se no interior da Etiópia, o café ‘original’ denominado de Arábia” (ORTEGA; JESUS, 2012, p. 27). Foi por volta do ano 1000 que os usuários passaram a ferver junto a “[...] cerejas em água e bebê-lo com fins medicinais, o que levou ao consumo da bebida estimulante. Somente no século XIV o processo de torrefação do grão foi empregado, resultando na bebida que conhecemos até hoje” (Ibid., p. 27).

O uso deste licor, como era conhecido, foi disseminado a partir do século XV. Suas sementes foram espalhadas pelo mundo, num primeiro momento, por peregrinos (viajantes) em caravanas religiosas, comerciais, aventureiras, políticas ou mesmo familiares. (TAUNAY, 1939; PUPO, 1968; MARTINS, 1990). Levado pelos persas à Arábia, foi eleito como bebida nacional, o que não fica claro na literatura é que o apreço do licor de café é por parte da elite.

Devido à importância que os Árabes davam à produção do café, passaram então a controlar o seu comércio. Ao entregar as sementes para consumo, tomavam o cuidado de retirarem o pergaminho que o envolve para garantir a não produção, pois, sem o mesmo não ocorre a fecundação (ORTEGA; JESUS, 2012). Esse procedimento concorre como estratégia comercial, em que os “segredos” de produção são reservados e mantidos em sigilo.

A geógrafa Gisela Aquino Pires do Rio (2012) ajuda a conceber que em cada período o mercado se comporta de uma forma na prática econômica. Ocorrem que a produção e comercialização de um produto devem ser estudadas de acordo com a sua temporalidade e escalas geográficas de manifestação do processo de expansão das atividades de produção, consumo e distribuição.

Registros trazidos por Ortega e Jesus (2012) mostram que a produção em escala comercial começou no século XIV, no lêmén, dali avança pela península Arábica. Desta forma passa a ser comercializadas na Europa como parte das especiarias do oriente (MOTTA SOBRINHO, 1978). De forma precisa a historiadora Martins (1990) afirma que a trajetória da rubiácea cafeeira no mundo, inicia-se de forma pontual no ano de 1450.

Nos séculos XVI e XVII, aperfeiçoado, era usado como beberagem, tal qual é na contemporaneidade. A exportação da mesma ocorreu pelo porto de Moka, no Mar Vermelho, dali para Suez a Alexandria, em seguida distribuída a Veneza, Gênova e Marsella. Na França, em 1710, foi implantada a companhia de S. Malo, com fins lucrativos, que passa a comercializar o café por via do cabo da Boa Esperança. (MOTTA SOBRINHO, 1978; STEIN, 1971).

As qualidades da rubiácea cafeeira eram enaltecidas no século XVII, por eruditos, nobres e comerciantes, considerada como a uma bebida que retrata a civilização, e concorria para duplo fim: a

primeira trata da satisfação da necessidade humana de viver de forma plena; a segunda refere-se à riqueza de países pelas transações comerciais estabelecidas entre os centros produtores e os consumidores. (PORTO-ALEGRE, 1879).

A formação socioeconômica, no entanto, interessa ainda mais, no aporte da produção do espaço e conquista do território. Interessante notar que o café, tem papel predominante na formação das regiões no Mundo. O comércio das especiarias se deu, em sua maioria, sobre povos subjugados, transformados em trabalhadores escravos. Os territórios dominados eram utilizados para a extração de suas riquezas naturais e a produção de gêneros alimentícios.

O poder, neste caso, trata da imposição sobre um povo e o território é formado a partir das forças de trabalho normatizados. A cultura mundial referente às relações humanas de trabalho é semelhante nos séculos XVIII e XIX, regadas ao poder feudal, burguês. Ou seja, ao poder de quem pode mais, de quem tem mais condições financeiras, tradição e fama, território este, apresentado por Raffestin (2011) enquanto poder das forças tradicionais; e, da globalização do dinheiro em que se refere Milton Santos (1999) na metamorfose do espaço em que se concentra a força motora individual e coletiva.

A condição histórica da espacialização do café está ligada de forma direta com a expansão da mão de obra escrava, *pari passu* a aprovação do sabor e aromas desse licor que ganha à preferência de nobres e burgueses (MARTINS, 1990; 2019). Com a sua infusão por volta de meados do século XVII e no século XVIII torna-se consumo diário de ingleses, holandeses, franceses e alemães. Toledo e Gancho (1992) destacam que embora houvesse preconceito pela origem mulçumana, não cristã, o seu sabor suave estimulante e, também digestivo conquistou o paladar europeu.

A preocupação comercial, no período, era mais com a aceitação do produto do que com o desenvolvimento da agricultura. Mesmo que a visão geográfica considere o uso e ocupação da terra (GEORGE, 1967; 1982) e a participação humana na produção do café, os governantes ignoravam a necessidade de se preocupar em como e quem trabalharia nas lavouras, isso ficava a revelia dos produtores.

Os holandeses foram pioneiros em disseminar a semente da cafeeira na Europa, ao introduzirem essa cultura nas suas colônias. O apogeu foi no século XVII, período em que traficavam com a Arábia Feliz (UKERS, 1935). No final deste século diminui o tráfico por questões políticas. A ilha de Java (colônia da Holanda) passa a produzir o café em grande escala e em 1719 foi entregue em Amsterdã carregamento completo de café de boa qualidade. Em 1743 a Holanda era a maior produtora desta especiaria. (LUNÉ, 1985 apud MARTINS, 1990).

A Inglaterra, nos idos do século XIX, começa introduzir a cultura do café em Madras (atual Chennai) na Índia e em outras localidades, mas não logrou êxito como a Holanda. No mesmo período foi introduzido nas ilhas Sandwich, em Bourbon e, algumas ilhas das Antilhas francesas como a Martinica, Guadalupe e tantas outras. Foi em Saint-Domingos, ou Haiti, como passa a ser conhecida, que a rubiácea cafeeira teve boa adaptação, que em 1790 tornou-se um grande exportador. (MARTINS, 1990).

A partir do êxito francês que Espanha e Inglaterra passaram a cultivar o café no continente americano, em suas colônias nas Antilhas, em Cuba, Porto Rico, e na Jamaica. O crescimento das áreas plantadas propagou no Equador, na Venezuela e na América central (LUNÉ, 1985 apud MARTINS, 1990). Com o aumento de consumidores, havia necessidade de expansão de áreas plantadas e para isso não se via, na época, outra solução a não ser a de levar às colônias americanas sementes férteis e mudas da cafeeira para o seu cultivo.

Na América do Sul, a rubiácea cafeeira foi introduzida por M. La Motte Aignon, então governador da Guiana Francesa, que se aproveitou do movimento da Igreja Católica promovido pela Espanha e Portugal neste hemisfério, com o objetivo de se firmar, a exemplo dos ingleses e franceses (MARTINS, 1990). Considera-se o que interessava aos governantes era saber como é que as articulações políticas levam as riquezas ao seu país e como poderiam multiplicá-las.

Elementos geográficos passam a ser considerados em detrimento de forças políticas para a produção da cafeeira, embora, não se tenha vencido, mas aliado aos interesses do Estado. Neste contexto, corrobora-se com Moraes (2005) quanto ao entrelaço entre Estado e Território, em que o primeiro é dotado de um território. Iná Elias de Castro (2002; 2012a) ressalta, entretanto, que o uso da força, para se conseguir e preservar a ordem é uma prerrogativa legítima do poder público.

Promovido pelo Governo, os espaços produtivos, no século XVIII, começam a ser considerados devido aos mecanismos econômicos e políticos do mercado externo, mais do que o interno. Isso, compreendido por Andrade (1981, p. 21) como a produção subjetiva humana de espaços de “[...] acordo com o nível de desenvolvimento e com os sistemas econômicos e sociais dominantes”. Esses espaços visam alcançar fins específicos, àqueles de interesse a formação econômico-social dominante. Na Europa, por exemplo, o comércio atendia os interesses dos nobres e na sociedade em ascensão, a burguesia. Nas colônias, havia um percentual alto de consumidores que não podiam pagar, por conseguinte, não eram considerados na balança comercial.

Está claro na literatura estudada que as atividades econômicas estão ligadas de forma direta aos interesses do Estado e da força do Capital. Nos idos da década de 80, do século XX, Andrade (1981, p. 86) já destacava que “[...] o Estado perde importância, em face da internalização da economia e do

surgimento de uma superestrutura internacional em que os vários Estados são representados”. A constatação verbalizada pelo autor, permanece vigente, em que se pese a confirmação de que os Estados de maior riqueza expandem as suas áreas de influência econômica sobre o território de outros, além de suas fronteiras políticas.

Rarefeito a política econômica em expansão pela Europa se estende ao Novo Mundo. As fronteiras, ainda frágeis de uma recém colonização, são tomadas pelo mercado de grãos e outras especiarias. A construção de um sólido sistema comercial agrícola de produtos tropicais garantiu a manutenção dos domínios conquistados no século XVI e XVII. A consolidação de um aparato produtivo nas terras tropicais recém-descobertas foi uma iniciativa inovadora e arrojada, no século XVIII a qual se firma no século subsequente. (MAGNOLI; ARAUJO, 1992).

A expansão do café se deu ao passo que os Governos passam a buscar por técnicas de aperfeiçoamento agrícola. Reconhecida como atividade humana vital para a economia de um país, preservação do poder e condições de subsistência (DINIZ, 1986). O conhecimento, o saber-fazer, portanto, reveste de considerável importância. Nesse período que a café chega ao Brasil Colônia, quando acontece o movimento de busca pela independência econômica e financeira, e passa a contribuir para a introdução das primeiras atividades industriais no território brasileiro.

#### 4.2 O CAFÉ NO BRASIL REPÚBLICA (FIM DO SÉC. XIX E PRIMEIRA METADE DO XX)

A referência geográfica e econômica do país, o arquipélago econômico, no fim do sistema imperial leva a reflexão acerca das relações de poder em que os Governos se submetem ao poderio daqueles que possuem capital maior. As rotas comerciais, a expansão da produção agrícola entra, com o fim do imperialismo, em uma nova era, em que os grandes fazendeiros perdem parte do seu prestígio junto à perda de um patrimônio que lhes era atribuído por direito, conforme a sociedade da época.

Evidências geográficas relativa à supremacia do Estado são encontradas na literatura apresentada neste capítulo as quais alinham à premissa de Castro (2012a) em que as relações entre políticas públicas e a população é marcada por divergências de interesses. Por vezes, essas relações são evidenciadas na natureza da normatização do território, no ordenamento socioterritorial (ANTAS JUNIOR, 2005; CASTRO, 2012b).

O início do Brasil República foi marcado por uma série de problemas, em que a conjuntura econômica nacional se encontrava em crise (CARVALHO, 1901). Dado aos problemas administrativos das fazendas, causado pela abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, ao ser sancionada a Lei Áurea. Um ano antes da Proclamação da República desencadeou o descontentamento com o sistema imperial e levou a “marcha republicana”. (PRADO JUNIOR. 1970).

A herança econômica do Brasil Império foi de uma crise política, econômica e social a qual permaneceria por todo o século XX. Fazendas oferecidas em hipoteca aos bancos privados (nacionais e multinacionais), e ao Banco do Brasil, ainda no império, com a garantia da riqueza que possuíam em escravos. Nos meses que antecederam a abolição, antecipado o feito nefasto, os fazendeiros solicitaram a intervenção do Poder Público junto aos estabelecimentos bancários. Sensível à situação dos fazendeiros de café, então, destituído da propriedade dos escravos, sem compensação, aos produtores foi concedido financiamentos (STEIN, 1961).

Desprovidos de condições operacionais de colher os frutos do cafeeiro os cafezais jaziam à falta de mão de obra para colheita. No entanto, “Na nova ordem republicana, política, sociedade e cultura se entrelaçam com os cafezais” (MARTINS, 2019, p. 187). Dos financiamentos disponibilizados, poucos foram os investimentos em tecnologia, em maquinários. Meses se passaram até que o evento migratório dos ex-escravos diminuísse e que resolvessem trabalhar nas fazendas. Em substituição a “escravidão compulsória” surge a “escravidão consentida”.

Com os novos arranjos nas relações de trabalho, os proprietários de terras precisavam pagar pelo serviço prestado. Alguns possuíam condições de arcar com salários, outros, realizavam distintos tipos de contratos trabalhistas, como a troca do trabalho por um lugar para dormir e comer, ou mesmo como trabalho de meeiros, ou colonato. (MARTINS, 1979). A relação trabalhista no Brasil na República Velha foi contraditória, já que o trabalho escravo estava proibido.

Mesmo que aceitável dentro das novas normas trabalhistas no regime político democrático que se inicia com a República velha, as propostas de trabalho escravizavam o trabalhador com a permissão do Estado. Martins (1979) em o “Cativo da Terra” discute o comodato como uma forma de prender o trabalhador ao lugar. Este regime de trabalho induz à falsa ideia de que o sujeito é produtor independente, mas, na realidade, ele é cativo da terra e de uma modalidade de senhorio aceito pela sociedade escravocrata e não-escravocrata.

O geógrafo francês Pierre Denis (1929) em viagem ao Brasil, descreve a paisagem brasileira e as mudanças econômicas da cafeeira no Estado de São Paulo. Antes mesmo de Martins (1979), Denis (1929) percebe que a remuneração dos novos trabalhadores no Brasil, ocorria com a própria colheita do café, bem como, entre os cafezais passaram a cultivar o milho. Isso ocorria com frequência nas novas terras plantadas, além de ocupar espaço no mercado interno.

Na percepção de Denis (1929) o fim do sistema de trabalho escravocrata leva os cafeicultores ao declínio financeiro, dado ao fato de que são privados da mão de obra com baixo custo. Neste período se inicia a imigração de trabalhadores europeus, prioritários da Itália. Para tornar a imigração atrativa a espacialização das áreas de cultivo ocorre com a abertura de novas terras. Esse movimento

socioterritorial leva ao crescimento exponencial da produção cafeeira no estado paulista. Por conseguinte, se estendem as demais regiões brasileiras, como Minas Gerais e Paraná, anos depois.

Os historiadores Carone (1970) e Pessamilio (1978) pontuam que embora a predominância da imigração para o trabalho na produção agrícola (e no setor industrial) era dos italianos, também imigraram os portugueses, espanhóis, alemães, russos, e sírios. No ano de 1908 7/10 dos trabalhadores do café são italianos e os demais divididos entre os portugueses e espanhóis.

O trabalhador europeu assalariado no Brasil foi primordial para a continuidade da produção do café nos principais centros cafeeiros. No século XIX a Lei nº 840, de 15 de setembro de 1855 (56/57) no artigo nº 12, isenta os navios de transporte de colonos para qualquer porto no Brasil a obrigatoriedade de impostos de ancoragem, ou mesmo de redução quanto à tonelada e de número de indivíduos. Isso conforme melhor julgava o Governo junto a esta lei, teve a restrição aos originários da Ásia e da África. (BRASIL, 1855).

Os imigrantes foram reunidos na região do Extremo-Sul em “[...] núcleos de colonização, como pequenos proprietários, identificados com a terra” (PESSAMILIO, 1978, p. 13). Quanto a Região norte na Primeira República (República Velha) a corrente imigratória foi inexpressiva “[...] devido ao clima hostil e à agricultura decadente” (Ibid., p. 13). No entanto, os trabalhadores imigrantes procuravam por regiões que pudessem fazer uso da terra de forma que conseguissem produzir o café.

As dificuldades relacionadas à decadência do circuito de produção cafeeiro levaram o Governo a lançar um plano de defesa do café nos anos de 1923 e 1914. Penteado (1923) explica que foi uma política defensiva no ano de 1922, dado aos esforços financeiros que os Estados despediam a manutenção do transporte e outras estruturas para a operacionalização do café. ROSANELI (2013) considera que as cidades novas do café tinham uma nova operacionalização comercial que propunha o investimento do Governo em infraestruturas,

A regulamentação de entradas e condições para aceitação de imigrantes surge apenas em 1931 (PESSAMILIO, 1978). Esta demora levou nos anos de 1930, a queda vertiginosa do número de imigrantes, dado aos efeitos negativos de medidas governamentais, agregados às orientações nacionalistas de países europeus, como, por exemplo, Itália, Portugal e Espanha (CARONE, 1970). Uma das razões da primeira leva de trabalhadores assalariados era a necessidade que a indústria tinha de mão de obra qualificada, só com a abolição da escravidão que o café passa a ser protagonista.

Na década de 1930, Affonso de Escragnolle Taunay (1939) é incumbido pelo, então Departamento Nacional do Café (Armando Vidal), de propagar a cafeeira no Brasil, no que corresponde a história sucinta em linhas gerais. O autor considera que a valorização do café, no Brasil, é histórica e conta com considerável resistência em seu cultivo e comercialização ao longo de décadas.



Taunay (1939) já fazia menção ao fato de que às pessoas com largo conhecimento da economia brasileira falavam “Brasil ainda é café”, quando Sylvio Lara Pupo (1968), escreve que a obra: Brasil ainda é café, em que traz como o “ouro verde”. Pupo destaca que por anos as fazendas de café ficaram as margens do cenário econômico-financeiro brasileiro. Em que a decadência herdada do século XIX tinha forte influência na escolha de cultivos a serem adotados pelos agricultores.

Em sua descrição Taunay (1939, p. 8) trata o cultivo do café como à “[...] um dos mais notáveis artigos de commercio universal e do sustentaculo principal da economia brasileira” (escrita original). A afirmativa de Taunay é a mesma de Teles (1900, p. 3) nos idos do século XX, qual grafa que o café permanecia como a principal força do comércio brasileiro “[...] o elemento de que depende o Brasil para viver e prosperar, para livrar-se dos grandes embaraços em que se acham suas finanças”. O café em quase 40 anos permanecia como a mola propulsora da economia brasileira.

As frentes pioneiras do café formam movimentos sociais e territoriais. Das atividades que conheceu a bacia do médio Paraíba foi a cultura do café a que deixou maiores vestígios e marcou as paisagens da região, com a imigração de trabalhadores para as lavouras cafeeiras (FRANÇA, 1960). No tempo presente o café já não é primordial na cultura da região do Vale do Paraíba, mas, em raras fazendas há produção do mesmo em pequena quantidade, na totalidade é uma cultura pouco frequente.

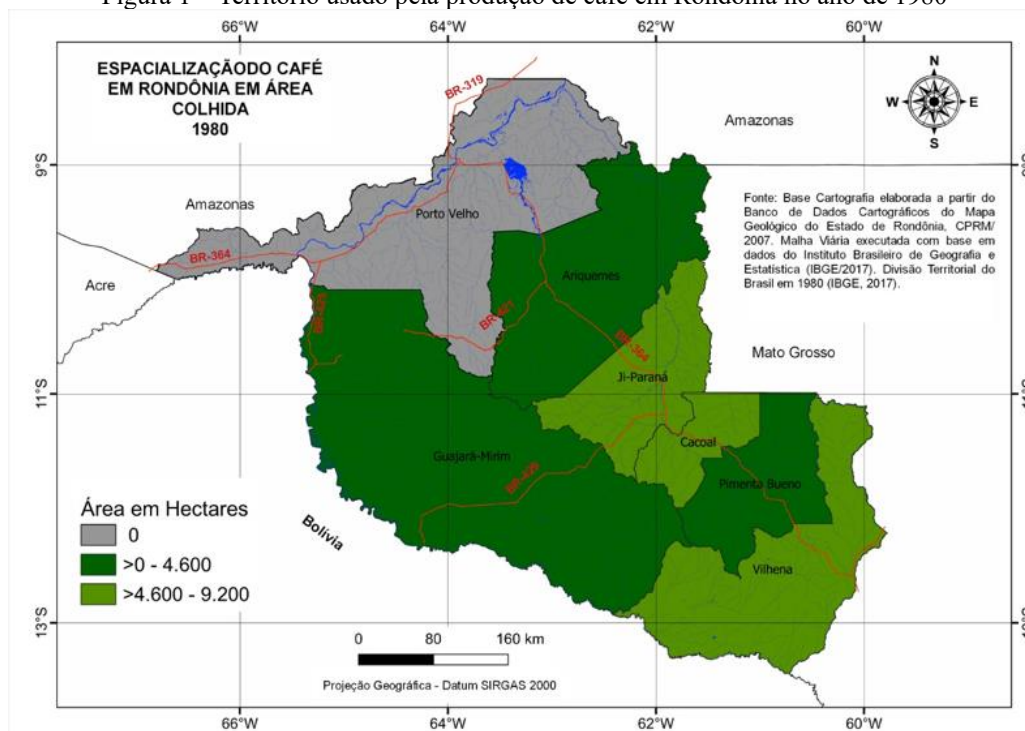
Em 1965, a sua visibilidade, volta a tomar espaço entre as maiores riquezas do país e Pupo destaca ser em 1968, o principal produto brasileiro, força vitalizadora da economia brasileira, posto que já se fizesse mais de meio século de crise ao ponto de toneladas de café terem avariados. *Pari passu* ao crescimento da produção agrícola do país, o cultivo do café avança em direção ao norte brasileiro e, tudo começa com a decisão do Estado Brasileiro em povoar a Amazonia. Dessa forma, começa uma nova era comercial cafeeicultor.

## **5 DISCUSSÃO A CERCA DO CAFÉ EM RONDÔNIA**

Rondônia, por terra é o primeiro estado a ser cortado pela BR-364 e foi por ela que em 1970 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, recém-criado pelo Governo, começa a trabalhar com as colonizações. Foi nesse ínterim que o mercado cafeeiro rompe as fronteiras de áreas tradicionalmente cultivadas por cafeeicultores. No começo, não eram considerados como comercial o plantio do café, esses eram feitos em quintais para uso próprio. (CERQUEIRA, 2021).

Entre os anos de 1970 e 1980, o plantio no estado de Rondônia era ínfimo perante a produção nacional. Mas, nos anos de 1990, começa a despontar de tal forma que os registros da época mostram um significativo avanço já na década de 1980. Observe a figura 1 nas áreas destacadas na cor verde, quanto ao uso territorial em hectares.

Figura 1 – Território usado pela produção de café em Rondônia no ano de 1980

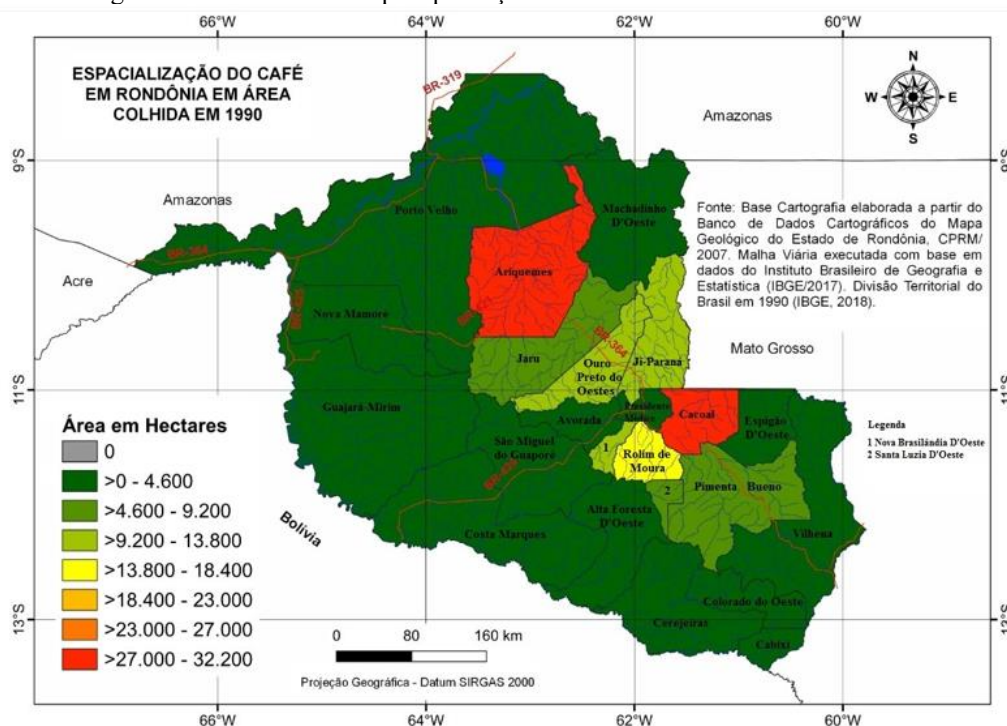


Fonte: Os autores, 2024

Os municípios assinalados correspondem a divisão geográfica administrativa do território rondoniense. Pela escala quanto a hectares utilizados para o plantio mostra que Vilhena, Cacoal e Ji-Paraná foram os municípios que mais fizeram uso de suas terras para o plantio do café. Embora, anos depois surgiram novas fronteiras, com recortes territoriais. Essa dinâmica, entendido com base no discurso de Becker (2006) tem origem na política desenvolvimentista ocorrida na região amazônica se deu de forma desordenada. Por mais que se tenha tido dois grandes planos como o Polonoroeste e o Planaflo, também ocorreu em períodos específicos como nos ciclos da borracha, do garimpo, da madeira e tantas outras situações que levou a formação de Rondônia.

A cafeicultura em 1990 já tinha uma nova dinâmica territorial com recortes que mudou conforme ocorria o povoamento no Estado. O recorte para se iniciar a última década do século XX começa com um novo município a despontar na produção do café. Junto a Cacoal, Ariquemes passa a se mostrar promissor nesse cultivo a figura 2 mostra como que ficou a nova configuração:

Figura 2 – Território usado pela produção de café em Rondônia no ano de 1990



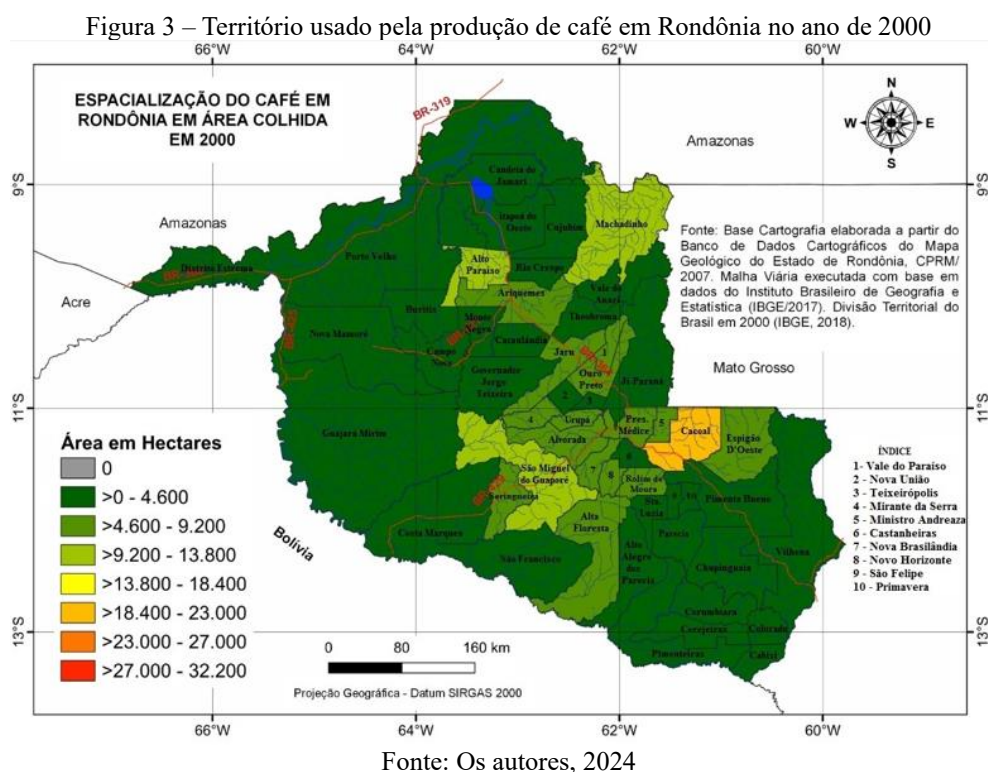
Fonte: Os autores, 2024

Com as novas divisas municipais, algumas áreas diminuiriam e surge uma nova distribuição da cafeicultura por hectares. O município de Rolim de Moura, fica com terras que pertenciam a Pimenta Bueno, Cacoal e Guajará Mirim, por conseguinte, todas as produções agrícolas saem de uma jurisdição para outra, com novas divisas. Nessa mesma época o apelo ambiental de sustentabilidade estava em ascensão e começa uma busca por estagnar os efeitos nocivos da colonização do Polonoroeste, e dos movimentos não direcionados.

O paradoxo entre os planos de desenvolvimento regional implementado nas décadas de 1980 e 1990 e, a exigência da conjuntura econômica nacional de desenvolvimento sustentável, mostra que as alternativas sustentáveis de uso da terra podem ser baseadas nas necessidades primárias do ser humano. Como organismo biológico o ser humano carece atender as suas necessidades orgânicas, ou fisiológicas, tais como a fome e a sede, para depois buscar por atender o capital. A importância da preservação da biodiversidade é refletida na metamorfose ocorrida no espaço, tanto o habitado, quanto no espaço construído com a produção do café e de outros cultivos como a soja e a criação de gado, presente no desenvolvimento de Rondônia.

A economia agrícola, não é novidade, nem há necessidade de emplacar um discurso sobre a importância do cuidado com o trato com a terra. No entanto, apenas na segunda metade da década de 1990, é que se fortificou o movimento de combate ao desmatamento, conseqüentemente, o uso do solo de maneira sustentável em Rondônia. Neste cenário que surgem as políticas públicas das Operações

Arco de Fogo e Arco verde, consequentemente, torna oficial o arco do desmatamento da Amazônia Legal e, posicionaram os municípios de Nova Mamoré, Porto Velho, Machadinho D'Oeste e Pimenta Bueno, como prioritário, com implemento de ações de combate ao desmatamento e preservação ambiental no estado de Rondônia. Veja como estava o uso da terra no começo de 2000 na figura 3:



O final da década de 1990, já com a configuração atual da divisa administrativa do estado de Rondônia (Figura 3) leva reporta as políticas de desenvolvimento com base no combate ao desmatamento e queimada no bioma amazônico. Compreende-se que o estudo de tais políticas é de suma importância no contexto desta pesquisa, devida a suas características coloniais. A colonização em si é recente na região norte do Brasil e, por conseguinte, os problemas permanecem presentes nas políticas públicas destinadas ao estado de Rondônia.

Em que preze a necessidade de alimentar uma população que aumenta ano a ano, em detrimento da racionalidade dos elementos e substratos da natureza. Os Governos têm como objetivo de desenvolver políticas públicas nos diversos setores de gestão para solucionar as crises. Rios (2012) contempla este estudo em afirmar que as atividades econômicas produzem diferenciações e desigualdades espaciais. Da mesma forma na qual a relação de trabalho na produção do café representa no que Raffestin (2011) destaca ser o poder que o mais forte exerce sobre o outro.

O estudo da espacialização do café é importante nesta fase da pesquisa, pois as ações praticadas no implemento de políticas públicas ocasionaram o formato atual do território. Em vista da

complexidade do estudo proposto, vale ressaltar Milton Santos (2012, p. 59), o qual explica que “[...] A sociedade é atual, mas a paisagem, pelas suas formas, é composta de atualidades de hoje e do passado”. O contexto versa sobre o empoderamento da geohistoricidade específica do espaço.

## 6 CONCLUSÃO

A compreensão dos eventos ocorridos durante a espacialização do café a partir do momento que é compreendido como potencial elemento de conversão monetária para os países que o adotassem, foi possível neste estudo, a partir das leituras de autores que descreveram a participação no circuito produtivo brasileiro. Sob o viés da Geografia Histórica (Geo-Histórica), o discurso empregado traz a análise da espacialização do café, os movimentos socioterritoriais, o ordenamento territorial focado na linha tênue entre as relações de poder que os Governos brasileiros dos períodos colonial, imperial e República até meados do século XX, concentraram esforços para organizar o cultivo do café.

Após a II Guerra Mundial começa a se falar numa nova conjuntura econômica multipolar o que levou o Estado brasileiro a discutir o ordenamento territorial. O olhar do Governo Federal se acentua na região Amazônica, com as frentes pioneiras de colonização. A imigração diminui no país e a migração toma um novo recorte geográfico. Inicia-se a regionalização do café brasileiro e o estado de Rondônia foi o que mais recebeu migrantes que passaram, na década de 1970 a cultivar o café. Interessante considerar que as contradições do povoamento amazônico, não desmerecem a geografização da dinâmica socioterritorial e o ordenamento que isso demandou no território.

As características na colonização brasileira que se estendeu por todo o século XX, não seguem mais o padrão predatório de outrora, contudo, permanece a cultura de que se tem que derrubar para plantar, destruir para reconstruir, um círculo vicioso de derrubadas e queimadas que tem sido combatido pelas três esferas brasileiras do poder executivo. Não obstante, chama-se para esta responsabilidade o poder Legislativo e Judiciário, pois, os três Poderes, apesar de serem autônomos, devem trabalhar em sinergia.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de (1922-2007). [1973]. Geografia Econômica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1981. 288p.

ANTAS Jr. Ricardo Mendes. Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo: FAPESO, 2005. 248p.

ARROYO, Mónica. Redes e circulação no uso e controle do território. In: ARROYO, Mónica; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (Org.) Território e circulação a dinâmica contraditória da globalização. São Paulo: Annablume, 2015. 364p. p. 37-102.

BECKER, Bertha Koiffmann (1930-2013). Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 172p. (Terra Mater).

\_\_\_\_\_. [2002]. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (org.). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 411p. p. 23-42.

BECKER, Elsbeth Leia Spode. A Geografia e o Método Dialético. VIDYA, v. 25, n. 2, p. 51-58, jul/dez, 2005 - Santa Maria, 2007.

BRASIL, Império. Decreto: Tomando em consideração as conhecidas vantagens que tem resultado á Fazenda Nacional da arrecadação do Disimo do Café [...]. 11p.

\_\_\_\_\_. Legislação Informatizada - LEI Nº 840, DE 15 DE SETEMBRO DE 1855 - Publicação Original. Fixando a Despeza e orçando a Receita para o exercício de 1856 - 1857.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Apresentação. [1997] In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (organizadores). Explorações Geográficas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 368p. p. 7-12.

CASTRO, Iná Elias de. Seca versus seca, novos interesses, novos territórios, novos discursos no nordeste. [1996]. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Brasil: questões atuais da reorganização do território. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 470p. p. 283-323.

\_\_\_\_\_. [2005]. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 300p.

\_\_\_\_\_. Imaginário político e território, natureza, regionalismo e representação. [1997]. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). Explorações Geográficas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012a. 368p. p. 155-196.

\_\_\_\_\_. O espaço político: limites e possibilidades do conceito. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012b. 192p. p. 43-72 .

\_\_\_\_\_. O problema da escala. [1995]. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017. 354p. p. 117-140.

CARVALHO, Vicente de, 1866-1924. Solução da crise do café. São Paulo: Livraria Civilização, 1901. 154p.

CARONE, Edgar. A República Velha I: Instituições e classes sociais. São Paulo: Difusão Européia do Livro – Difel, 1970. 390p. (Corpo e Alma do Brasil).

CERQUEIRA, Claudia Cleomar Araujo Ximenes. A cafeicultura familiar e sua influência na formação do território rondoniense. In: ENAMPEG - ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, nº 14, 2021, on-line. Anais. Campina Grande/PB: Realize, 2021. p. 1-20.

DENIS, Pierre. Le Brésil au XXe. siècle. Paris: A. Colin, 1908. 322p.

ERTHAL, Rui. Geografia Histórica – considerações. GEOgraphia –Ano V - No 9 – 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 368p. p. 195-214.

FRANÇA, Ary. A marcha do café e as frentes pioneiras. Brasília: Conselho Nacional de Geografia, 1960. 334p.

GEORGE, Pierre (1909-2006). [1961]. Geografia econômica. 4. ed. Tradução: Ruth Magnanini. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967. 334p.

MAGNOLI, Demétrio; ARAUJO, Regina. A Nova Geografia: Estudos de Geografia da América. São Paulo: Moderna, 1996. 266p.

MARTINS, Ana Luiza. História do Café. 2. ed. 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2019. 320p.

\_\_\_\_\_. Império do café: a grande lavoura no Brasil, 1850 e 1890. São Paulo: Atual, 1990. 98p. (História em documento).

MARTINS, José de Souza. O cativo da Terra. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979. 157p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. [2004]. Território e história no Brasil. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 154p.

\_\_\_\_\_. Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011. 160p. (Geografias e Adjacências).

MOTTA SOBRINHO, Alves Motta. A civilização do café (1820-1920). 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978, 179p.

ORTEGA, Antonio César; JESUS, Clesio Marcelino de. *Café e território: a cafeicultura no Cerrado Mineiro*. Campinas: Editora Alínea, 2012. 246p. (Coleção agronegócios).

PENTEADO, Sílvio Álvares. *A campanha da defesa do café em 1923-24*. São Paulo : Typographia Rothschild & Co, 1923. 83p.

PESSAMILIO, Herci Maria Rebelo. *A dinâmica social do café*. In: Ministério da Indústria e do Comércio; LONGO FILHO, P. (coord.). *O café no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1978. 180p. p. 1-37.

PESSANA, Teotonio Anjo. *Caffé vingado, das vulgares calumnias defendido: discurso medico em que se mostra, que o uso de café he proveitoso, e para muitas queixas utilissimo remédio*. Lisboa: Na Reg. Offic. Sylviana, 1741. 31p.

PORTO-ALEGRE, Paulo. *Monographia do café história, cultura e produção*. Lisboa: Viuva Bertrand & Ca Successores Carvalho & Ca, 1879. 526p.

PRADO JUNIOR, Caio. [1945]. *História econômica do Brasil*. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976. 368p.

PUPO, Sylvio Lara [1967]. *Brasil ainda é café*. 2. ed. São Paulo: Obelisco Ltda, 1968.374p.

RAFFESTIN, Claude. (1936-). *Por uma geografia do poder*. Trad. FRANÇA, M. C.. São Paulo/SP: Ática, 1993. 269p. (Série Temas volume 29 Geografia e política).

RIBEIRO, Guilherme. *A arte de conjugar tempo e espaço: Fernand Braudel, a geo-história e a longa duração*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.2, abr.-jun. 2015, p.605-639.

RIO, Gisela A. Pires do. *A espacialidade da economia: superfícies, fluxos e redes*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012b. 192p. p. 155-188.

ROSANELI, Alessandro Fília. *Cidades novas do café: história, morfologia e paisagem urbana*. Curitiba: ed. Da UFPR, 2013. p. 207p. (Série Pesquisa, n. 200).

SANTOS, Milton (1926-2001). [1985] *Espaço e método*. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2014a. 120p. (Coleção Milton Santos, 12).

\_\_\_\_\_. [1996]. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 8. reimpr. São Paulo: Edusp, 2014b. 384p. (Coleção Milton Santos; 1).

\_\_\_\_\_. [1988]. *Metamorfose do espaço habitado*. 6. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2014c. 136p. (Coleção Milton Santos; 10).

\_\_\_\_\_. [1994]. *Técnica, espaço, tempo*. 5. ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2013. 176. (Coleção Milton Santos; 11).

\_\_\_\_\_. [2005]. *Da totalidade ao lugar*. 1. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2012. 176p. (Coleção Milton Santos; 7).



\_\_\_\_\_. [1979]. *Economia Espacial*. 2. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2011. 208p. (Coleção Milton Santos; 3).

\_\_\_\_\_. [1996]. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura. *Território: globalização e fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, ANPUR, 2006. 332p. p. 15- 20.

\_\_\_\_\_. Território e dinheiro. In: *Revista GEOgraphia*. Niterói: programa de PósGraduação em Geografia - PPGeo - UFF/AGB, v.1, n1. p. 7 a 13, 1999.

SALVADOR, Diego Salomão C. O. *A Geografia e o método dialético*. Sociedade e Território, Natal, v. 24, nº 1, p. 97 - 114, jan./jun. 2012.

SILVA, Lenyra Rique da. *Do senso-comum à geografia científica*. São Paulo: Contexto, 2004. 159p.

SILVA, Ligia Maria Tavares. *Trajetórias pela Geografia Histórica*. In: BEZERRA, Amélia Cristina Alves; GONÇALVES, Cláudio Ubiratan; NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do; ARRAIS, Tadeu Arrais. (Orgs.). *Itinerários Geográficos*. Niterói: EdUFF, 2007. 356p. p. 71-83.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Unesp, 2004. 199p.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café*. Tradução: Edgar Magalhães. São Paulo: brasiliense, 1961. 373p.

SUSANO, Luís da Silva Alves D'Ázambuja. *O capitão Silvestre e Fr. Velloso; ou, A plantação de café no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1847. 58p.

TAUNAY, Affonso de Escragnole (1976-1958). *Historia do café no Brasil: no Brasil colonial 1727-1822*. Rio de Janeiro: 1939. v.1, t.1, 395 p.

TELES, Augusto Carlos da Silva (1851-1923). *O café e o Estado de S. Paulo*. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1900. 60p.

TOLEDO, Vera Vilhena de; GANCHO, Cândida Vilares. *Sua Majestade o Café*. São Paulo: Moderna, 1992. 71p. (Coleção desafios).

VELOSO, José Mariano da Conceição (1742-1811) (compil.). *O Fazendeiro do Brasil [...] (Tomo 03, Parte 01) - Bebidas alimentosas*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800. 5 t., t. 3, 3 partes, parte 1: xxxix;il., front., gravs. 271p.

VELOSO FILHO, Francisco de Assis. *A expansão européia dos séculos XV e XVI: contribuições para uma nova descrição geral da terra*. *Revista Equador (UFPI)*, *Revista da Pós-graduação em Geografia, do Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI* - ISSN 2317-3491. Vol.1, nº 1, p. 4-25 (Junho/Dezembro, 2012).

UKERS, William H., (1873-1945). *All about coffee*. New York: The Tea and Coffee Trade Journal Company, 1935. xiv, 818 p.